

Iphan quer retirada de letreiros luminosos

Instituição alega que anúncios em abrigos nos pontos de ônibus dificultam “visibilidade de prédios tombados” no Centro do Recife

NICOLLE GOMES

O Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural Nacional (Iphan) pediu a retirada de anúncios superiores luminosos de pontos de ônibus no

Centro do Recife. A solicitação foi encaminhada para a empresa responsável pelos novos abrigos. Segundo o Iphan, os letreiros de duas paradas seriam responsáveis “pela interceptação de

visibilidade de patrimônios tombados”. O pedido veio após uma denúncia do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/PE).

A entidade constatou interferências causadas pelos elemen-

tos publicitários luminosos no Conjunto Arquitetônico, Urbano e Paisagístico do Bairro do Recife. Procurado pela reportagem, o Iphan informou que recebeu a denúncia e veri-

ficou interposições dos abrigos de ônibus. A empresa encaminhou sua defesa à Superintendência do Iphan em Pernambuco e o caso está em análise pela Procuradoria Federal.

MOURA PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF 09.815.671/0001-85 - NIRE 2630001072-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO DE 2023 Senhores Acionistas, A Moura Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Belo Jardim, estado de Pernambuco e tem por objeto social participar de outras sociedades com atividades não financeiras, sediadas no Brasil ou no exterior, como sócia ou acionista, podendo exercer o controle do capital destas na forma de holding ou atuar como simples sociedade de participação, sem controle acionário. Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia submete à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e parceiros de negócios, pela confiança demonstrada ao longo do ano e aos diretores e funcionários pelo esforço, competência, lealdade e dedicação que possibilitaram os resultados alcançados no período. A Diretoria, Tiago Tasso

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)					Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)					Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)					
Ativo	Nota	2023	2022	Consolidado 2023	2022	Nota	2023	2022	Consolidado 2023	2022	Nota	2023	2022	Consolidado 2023	2022
Ativo circulante															
Caixa e equivalentes de caixa	8	316	87	41.645	27.078										
Aplicações financeiras	9	10.711	32.874	809.348	787.986										
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	1.588	-										
Contas a receber de clientes	10	-	-	456.257	507.899										
Estoques	11	17	-	572.145	693.584										
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12.1	5.428	-	25.654	32.355										
Tributos a recuperar	12.2	756	91	171.822	178.219										
Dividendos a receber	14	30.675	13.539	-	-										
Adiantamentos a terceiros		319	263	54.408	62.532										
Mútuos com partes relacionadas	21	-	-	-	4.500										
Despesas antecipadas		754	449	838	542										
Outras contas a receber		8.575	10.108	20.419	18.192										
Total do ativo circulante		57.551	57.411	2.154.124	2.312.887										
Ativo não circulante															
Realizável a longo prazo															
Aplicações financeiras	9	4.180	12.695	51.062	74.238										
Tributos a recuperar	12.2	-	-	1.399	1.426										
Precatórios a receber	12.3	-	-	170.838	157.795										
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12.1	-	-	39.241	31.787										
Tributos diferidos		-	-	15.021	10.527										
Adiantamento para futuro aumento de capital	14e	7.418	7.365	5.181	4.328										
Mútuos com partes relacionadas	21	49.804	-	56	-										
Depósitos judiciais	13	-	-	625	2.103										
Outras contas a receber		-	-	853	466										
Total do realizável a longo prazo		61.402	20.060	284.276	282.670										
Investimentos	14	3.338.564	3.174.295	58.250	43.517										
Imobilizado	15	8.356	2.188	1.481.044	1.233.419										
Intangível	16	10.014	3.297	188.254	181.314										
Total do ativo não circulante		3.418.336	3.199.840	2.011.824	1.740.920										
Total do ativo		3.475.887	3.257.251	4.165.948	4.053.807										
Passivo															
Passivo circulante															
Fornecedores	17	4.894	4.516	211.859	255.242										
Empréstimos e financiamentos	18	606	-	88.011	201.790										
Passivo de contratos		-	-	-	2.201										
Salários e encargos a pagar		12.227	10.427	72.250	68.706										
Tributos a recolher	19	380	369	51.423	45.658										
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19.1	-	171	1.446	26.058										
Dividendos a pagar	22	109.603	109.821	109.646	110.401										
Outras contas a pagar		1.842	786	55.917	18.996										
Total do passivo circulante		129.552	126.070	590.552	729.052										
Passivo não circulante															
Empréstimos e financiamentos	18	3.721	-	132.466	91.525										
Tributos a recolher	19.1	-	-	356	514										
Tributos diferidos		-	-	26.942	25.708										
Provisão para perda de investimento	14	1.207	-	1.207	-										
Mútuos com partes relacionadas	21	-	-	6.100	-										
Provisão para contingências	20	2	-	44.934	40.099										
Outras contas a pagar		978	1.177	6.394	9.082										
Total do passivo não circulante		5.908	1.177	218.399	166.928										
Patrimônio líquido															
Capital social		430.724	430.724	430.724	430.724										
Reservas de lucros		2.844.263	2.567.322	2.844.263	2.567.322										
Ajuste de avaliação patrimonial		65.440	131.958	65.440	131.958										
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		3.340.427	3.130.004	3.340.427	3.130.004										
Participação dos acionistas não controladores		-	-	16.570	27.823										
Total do patrimônio líquido		3.340.427	3.130.004	3.356.997	3.157.827										
Total do passivo e patrimônio líquido		3.475.887	3.257.251	4.165.948	4.053.807										

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. As demonstrações completas encontram-se na sede da companhia.

ELETRICIDADE DO BRASIL S.A. - EBRASIL CNPJ Nº 10.538.273/0001-48

Balancos patrimoniais em 31/12/23 e 2022 (Em R\$)

Table with columns for Ativo Circulante, Ativo não circulante, Total do ativo, Passivo e patrimônio líquido, and columns for Nota, 2023, 2022, 2023, 2022.

Table with columns for Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 (Em R\$).

Table with columns for Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 (Em R\$).

Table with columns for Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 (Em R\$).

Table with columns for Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 (Em R\$).

Table with columns for Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 (Em R\$).

Table with columns for Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 (Em R\$).

Table with columns for Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 (Em R\$).

Table with columns for Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 (Em R\$).

Table with columns for Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 (Em R\$).

Table with columns for Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 (Em R\$).

Table with columns for Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 (Em R\$).

Table with columns for Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 (Em R\$).

Table with columns for Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 (Em R\$).

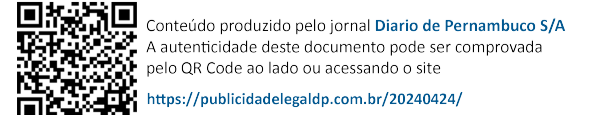
Table with columns for Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 (Em R\$).

Table with columns for Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 (Em R\$).

Table with columns for Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 (Em R\$).

Table with columns for Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 (Em R\$).

15 anos a partir de 19/01/10. b. Investidas indiretas: Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA"): A EPASA é uma S.A. de capital fechado que implementou e opera duas centrais geradoras termelétricas denominadas Termomordeste e Termoparáiba, ambas movidas a óleo combustível e com potência instalada de 170,80 MWh cada. As autorizações são provenientes do leilão promovido pela ANEEL em 09/07/07. Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado são pelo prazo de 15 anos a partir de 19/01/10. As Usinas entraram em operação comercial em 24/12/10 e 13/01/11, respectivamente. Pecem Energia S.A. ("PECEM") S.A. de capital fechado, constituída em 30/07/13 e tem por objetivo operar, explorar e manter a Usina Térmica Pecem II e comercializar a energia gerada. A CELNE detém 100% da participação societária da PECEM. Constituída por 321 unidades geradoras em ciclo simples cada, totalizando 144.450 kW de capacidade instalada e 58.000 kW médios de garantia física de energia, utilizando óleo diesel como combustível e com início de operação comercial estimada para julho de 2024. 2 Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As DFs individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). O Grupo também se utiliza, de forma espontânea e não obrigatória, das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A autorização para conclusão destas DFs ocorreu na reunião do Conselho de Administração em 28/03/24. Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 7. 3 Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas DFs são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras foram arredondadas para MRS, exceto quando indicado de outra forma. 4 Uso de estimativas e julgamento: Na preparação destas DFs, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. 5 Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas DFs estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a. Nota explicativa 13 - equivalência patrimonial em investimentos; determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida; b. Nota explicativa 7a - consolidação; determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida; b. Incerteza sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31/12/23 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a. Nota explicativa 22 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; b. Nota explicativa 23 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidade do lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e c. Nota explicativa 32 - instrumentos financeiros; principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo. (f) Mensuração do valor justo: Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou passivo pelo preço de transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para um ativo ou passivo, diretamente (preços) e indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: inputs, para um ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício das DFs em que ocorreram as mudanças. Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado no mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura o ativo com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se do Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 32 - Instrumentos financeiros. 5 Mudança nas principais políticas contábeis: Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 19/01/23, mas não afetaram materialmente as DFs da Cia., conforme descrito na nota 7(p). 6 Base de mensuração: As DFs individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo, exceto para os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros. 7 Principais políticas contábeis: O Grupo aplicou as principais políticas contábeis descritas em detalhes abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas DFs. a. Base para consolidação: (i) Controladas: O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou quando tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de influenciar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As DFs de controladas são incluídas nas DFs consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas DFs individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. (ii) Participação de acionistas não-controladores: O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. (iii) Perda de controle: Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. (iv) Investimentos em entidades controladas pelo método de equivalência patrimonial: Os investimentos do Grupo em entidades são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em coligadas e controladas. As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle suas políticas financeiras e operacionais. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as DFs consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. (v) Critérios de consolidação: A consolidação foi elaborada de acordo com o CPC 36 (R1) - Demonstrações Consolidadas e incluem as DFs das controladas diretas e indiretas da Cia. Os principais procedimentos de consolidação são: soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil; eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas; eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas; e destaque das participações dos acionistas não-controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício. (vi) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações entre Cia.s, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre Cia.s, são eliminados na preparação das informações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Cia. investida registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Cia. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. b. Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. c. Receita operacional: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquida de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. As receitas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita operacional é composta pela receita de fomento de energia elétrica faturada. De forma geral, as receitas decorrem de contratos de fomento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixada em contrato e variável, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita variável pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente. Receita Elétrica no Ambiente de Comercialização Livre: Na operação de contratação em ambiente livre, o Grupo tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre. Os registros das operações de compra e venda de energia no CCPE estão reconhecidas pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. d. Benefícios a empregados: Obrigações de benefícios a curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Plano de saúde médico, ajuda educacional e participação nos resultados são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas ou custos conforme o serviço relacionado seja cobrado. O Grupo não possui acordos de pagamentos baseados em ações, planos de contribuição definida, planos de benefício definidos ou qualquer outro benefício de LP a empregados. e. Subvenções governamentais: As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07(R1). Incentivos governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujos benefícios objetivos compensar. A controladora Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA possui o benefício do lucro da exploração que é um benefício fiscal regional que tem por objetivo incentivar as operações de Cia. localizadas na região das extintas Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) por meio da redução/isenção do IR de 75% (setenta e cinco por cento) do IR e Adicional não Restituível, calculados com base no lucro da exploração, de acordo com a atividade da EPESA f. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre variações no valor justo de ativos financeiros e ganhos em aplicações financeiras e empréstimos a partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado "pro rata" da base no método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos a partes relacionadas, financiamentos e debêntures. Custos que não são atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao valor contábil bruto do ativo financeiro; ou ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva inclui o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto; g. IR e C.S.: O IR e o C.S. do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anualmente para IR e 9% sobre o lucro tributável para C.S. sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de C.S., Ltda. anualmente a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IR e C.S. compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao IR e à C.S., incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de IR e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A Administração do Grupo conduziu análises referentes ao ICP 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro referente aos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais e não identificou tratamentos que potencialmente poderiam expor o Grupo a riscos materialmente prováveis de perda. A Administração do Grupo avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pelo Grupo sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias. Despesas de IR e C.S. corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pelo melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (f) Despesas de IR e C.S. diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de DFs e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e C.S. diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflète a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. h. Estoques: O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição. Quando os estoques são aplicados no processo de geração de energia, o custo médio desses itens é reconhecido como custo do período em que a respectiva receita é reconhecida. i. Imobilizado: (f) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo fretes e demais encargos financeiros capitalizáveis, deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável (impairment), se aplicável. O custo inclui custos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos por terceiros controlados pelo próprio Grupo inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colar o ativo no local em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componen-



-continuação- Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL CNPJ Nº 10.538.273/0001-48

Table with columns for 2023 and 2022, detailing financial data for various categories like 15 Intangível, 16 Fomecedores, and 18 Debêntures.

(i) Na investida EPESA, aquisição de energia para Pecém e Muricy II, para suprimento de energia vendida conforme contratos CCEARs...

Table with columns for 2023 and 2022, detailing financial data for 18 Debêntures.

Princípio Juros Circulante Não circulante A Controladora: Emissão e encargos: Em 31/01/18 a Controladora emitiu debêntures não conversíveis...

Table with columns for 2023 and 2022, detailing financial data for 19 Impostos e obrigações tributárias and 20 Taxas regulamentares.

21 Outras contas a pagar Obrigações trabalhistas e sociais Encargos de transmissão Outros

22 Provisão para contingência Contingência Civil Contingência trabalhista a EPESA: a. Trabalhistas: A controlada EPESA é parte passiva em 8 processos trabalhistas...

sideradas como de perda possível. Em 2023, foi julgado improcedente. A EPESA é parte de processo no qual a Administração, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, acredita que a chance de êxito seja possível...

Saldo inicial Captações Juros incorridos Variação cambial incorridos empréstimos e financiamentos Pagamento de principal empréstimos e financiamentos...

Table with columns for 2023 and 2022, detailing financial data for 23 Custos dos serviços prestados.

(i) O ativo fiscal diferido está reconhecido na controlada ENORTE e refere-se ao saldo de prejuízo fiscal acumulado a ser utilizado nas apurações de lucros tributáveis futuros...

meio de conta corrente sem definição do valor do principal, decorrentes de mútuo de recursos financeiros entre pessoas jurídicas, concedidos pelo Grupo às partes relacionadas...

Table with columns for Ativos and Passivo, detailing financial data for 2023 and 2022.

Saldo em 01 de janeiro Empréstimos a partes relacionadas recebíveis Empréstimos a partes relacionadas concedidos...

Receita de disponibilidade de energia elétrica Mercado de curto prazo Suprimento de energia elétrica Distribuição da receita operacional (-) PIS / COFINS (-) Programa de P&D e eficiência energética...

Óleo diesel (i) CUST (ii) Depreciação Reconstrução do sistema (iii) Mão de obra direta Material de manutenção Serviços e outros Ressarcimento de créditos de ICMS (iv) Energia comprada para revenda (v)...

Lucro líquido do exercício (-) Constituição da reserva legal (=) Base total dos Dividendos Dividendos mínimos obrigatórios (25%) Dividendos excedentes...

Resultado financeiro, líquido 31 Impostos correntes ativos 32 Impostos correntes passivos 33 IR e CSSL: Os saldos de impostos correntes do Grupo é composto substancialmente pela apuração da controlada EPESA...

Depreciação Incentivo Fiscal - Lei do Bem Base de cálculo IRPJ e CSLL correntes Doações incentivadas/PAT Outros ajustes fiscais Incentivo fiscal - Redução 75% IRPJ Resultado IRPJ e CSLL Alíquota efetiva...

Table with columns for 2023 and 2022, detailing financial data for Instrumento financeiro Ativos financeiros Caixa e equivalentes...

Fomecedores Debêntures Partes relacionadas - mútuos a receber Passivos financeiros Fomecedores Debêntures Partes relacionadas - mútuos a pagar Obrigações para aquisição de ativos...

Table with columns for Compradora, Contraparte, Início Suprimento, Final Suprimento, Indexador, Mwh, Preço Acordado, Valor Justo.

34 Eventos Subsequentes: Em 14/12/23 foi registrada por meio de Ata de AGE, a entrada da EPESA na participação societária da Setta Geração 7 S.A. aumentando seu capital pela subscrição de 75.000 ações ordinárias...

Relatório dos auditores independentes sobre os DFs individuais e consolidadas: Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL (Cia.), identificadas como controladora e consolidada...

A previsibilidade de receitas e custos, associado à margem operacional dos negócios ao longo dos contratos de comercialização, permite o gerenciamento das sobras e necessidades de caixa com grande antecedência...

Instrumentos financeiros basicamente pré-fixados Debêntures (10% a.a.) Instrumentos financeiros basicamente pré-fixados Debêntures (10% a.a.)...

Risco de variação cambial - O risco de variação cambial está ligado ao risco de mercado e decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio que possam gerar prejuízos, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações...

Risco de crédito - O risco surge da possibilidade da Cia. e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro...

Risco de liquidez - Este risco decorre de uma eventual falta de capital para fazer frente às obrigações financeiras associadas aos seus passivos financeiros. Para minimizar tais riscos a Cia. possui limites de crédito e gerencia os seus compromissos de curto e LP, bem como, monitora rigorosamente o cumprimento das obrigações contratuais...

Risco de desativação de imobilizado (i) Venda de energia elétrica no mercado de curto prazo (ii) Resultado na venda de bens do ativo imobilizado (iii) Outras despesas Total

30 Resultado financeiro Receitas financeiras Descontos obtidos Juros sobre aplicações financeiras Juros contras de mútuos Variação cambial ativa Ganho com instrumentos financeiros derivativos Juros e rendimentos Despesas financeiras Juros sobre debêntures Juros sobre empréstimos Juros e IOF sobre empréstimos Juros e IOF sobre mútuos Variação cambial passiva Perda com instrumentos financeiros derivativos Juros e multas pagos a fornecedores

- continuação - Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL CNPJ Nº 10.538.273/0001-48

envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. e controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar

a Cia. e controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as DFs individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo

e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 28 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC PE-000904/F-7;
Diego Feliciano Irineu - Contador CRC 1SP223212/O-2



Publicidade 24 04 2024 pdf

Código do documento d038ff9e-8044-4382-81b5-4cc679caad8d



Assinaturas



DIARIO DE PERNAMBUCO SA:10803492000107
Certificado Digital
contato@diariodepernambuco.com.br
Assinou

Eventos do documento

24 Apr 2024, 00:14:28

Documento d038ff9e-8044-4382-81b5-4cc679caad8d **criado** por CARLOS FREDERICO DE ALBUQUERQUE VITAL (37a5508e-3444-4cd3-85ad-2d1fa3cc47a4). Email:contato@diariodepernambuco.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-24T00:14:28-03:00

24 Apr 2024, 00:14:46

Assinaturas **iniciadas** por CARLOS FREDERICO DE ALBUQUERQUE VITAL (37a5508e-3444-4cd3-85ad-2d1fa3cc47a4). Email: contato@diariodepernambuco.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-24T00:14:46-03:00

24 Apr 2024, 00:15:08

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - DIARIO DE PERNAMBUCO SA:10803492000107
Assinou Email: contato@diariodepernambuco.com.br. IP: 170.84.85.98 (static-98.85.84.170.servlinktelecom.com porta: 60916). Dados do Certificado: CN=DIARIO DE PERNAMBUCO SA:10803492000107, OU=videoconferencia, OU=22677427000161, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, L=RECIFE, ST=PE, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE_ATOM: 2024-04-24T00:15:08-03:00

Hash do documento original

(SHA256):c2b49c12c1163a6e771009bcd83c752f70cd4ac40618bdc1c0cf4fd1fc9c0a52
(SHA512):859535a5ec6bd59a6db8b9b45751e0f3676bb4c294b21cb2cd2493a20d9443bdc6958410b29ec16bf441c4837c8408db7214cbd17947651e717f046a9459d088

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign